



O SENTIDO DAS PALAVRAS 'ÍNDIO' E 'LÍNGUA  
PORTUGUESA' EM UM LIVRO DIDÁTICO DO  
ENSINO FUNDAMENTAL<sup>1</sup>

THE MEANING OF THE WORDS INDIGENOUS  
AND PORTUGUESE LANGUAGE IN A  
ELEMENTARY SCHOOL TEXTBOOK

Francisco de Assis Brito BENEVIDES<sup>2</sup>

Adilson VENTURA<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup> Este trabalho é parte integrante da dissertação de Mestrado elaborada por Francisco de Assis Brito Benevides no Programa de Pós-Graduação em Linguística (PGLIN) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), intitulada “O sentido da palavra ‘índio’ nos livros didáticos do Ensino Fundamental”, no ano 2019. A oportunidade enseja sinceros agradecimento ao grupo GEPES/UESB pelas valorosas discussões e contribuições durante a construção deste artigo.

<sup>2</sup> Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLIN) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). E-mail: talktofrank@hotmail.com.

<sup>3</sup> Docente Adjunto da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), do Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLin). E-mail: adilson.ventura@gmail.com.





## RESUMO

Neste trabalho, realizamos análises em excertos retirados de um livro didático de língua portuguesa do 9º ano do Ensino Fundamental, *Para Viver Juntos*, com o objetivo de identificar os sentidos das palavras índio e língua portuguesa neles constituídos. A nossa hipótese inicial de pesquisa é que os textos encontrados no livro didático, constituinte do corpus, poderiam demonstrar tanto lugar social defensor do respeito à diversidade, quanto aqueles reiteradores do preconceito contra o índio, ou seja, memoráveis que remontam registros históricos que constituem sentidos de exclusão social do índio e do posicionamento da língua portuguesa como instrumento de colonização linguística no Brasil. Esta pesquisa está filiada à Semântica do Acontecimento (SA), proposta por Eduardo Guimarães (2002), o qual entende que os sentidos se constituem no acontecimento do dizer. Tendo em vista a concepção de não-transparência da língua, a teoria da SA possibilita observar sentidos e relações entre termos linguísticos de um texto a partir das relações históricas. Deste modo, com base nos conceitos analíticos da Semântica do Acontecimento, durante nosso percurso metodológico de análise consideramos os procedimentos enunciativos de produção de sentido – a reescrituração e a articulação; a construção de um DSD (Domínio Semântico de Determinação) e a temporalidade.

## PALAVRAS-CHAVE

Índio; estereótipos; livro didático; sentido; acontecimento.





## ABSTRACT

One aims to analyze in this work excerpts from a 9th grade Elementary School textbook, Portuguese – To live together, with the objective of identifying the meanings of the word Indigenous and Portuguese language on them. Our initial research hypothesis is that the texts found in a Portuguese language textbook, constituting our corpus, could demonstrate, as much a social place defending respect for diversity, as those reiterating prejudice against the indigenous, that is, memorable that date back to historical record, which constitute meanings of social exclusion of the indigenous and the placement of Portuguese language as an instrument of colonization. This research is affiliated with the Semantics of Happening (SA), proposed by Eduardo Guimarães (2002), who understands that the senses constitute the event of saying. In view of the conception of non-transparency of language, SA theory makes it possible to observe meanings and relations between linguistic terms of a text from its historical relations. Thus, based on the concepts and analytical procedures of the Semantic of Event, during our methodological analysis we considered the enunciative procedures of meaning production - rewriting and articulation, the construction of a DSD (Semantic Domain of Determination) and temporality.

## KEY-WORDS

Indigenous; stereotypes; textbook; meaning. event.





## INTRODUÇÃO

O índio brasileiro, ao longo da nossa história, foi a primeira matriz social a sofrer ataques e extermínios em prol do chamado “processo civilizatório” no Brasil. Em suas pesquisas histórico-antropológicas, Ribeiro (2017, p. 127-128) afirma que “[...] o extermínio dos índios era não só praticado, mas defendido e reclamado como o remédio indispensável à segurança dos que construía uma civilização no interior do Brasil”. Assim, o extermínio do índio, visto como selvagem ou primitivo, por muito tempo foi encarado como algo necessário ao avanço do progresso.

Em contrapartida, o Estado Brasileiro, mesmo imbuído da tarefa de incluir o indígena no seu projeto de nação, de fazê-lo partícipe das suas decisões e torná-lo visível à sociedade, no curso da história relega-o a uma condição de apagamento na esteira social. Deste modo, por vezes a apresentação do índio se restringe às representações estereotipadas construídas nos livros de História, registros e documentos oficiais, bem como através de relatos de conflitos nas disputas por áreas de terra destes contra garimpeiros, grandes latifundiários ou madeireiros, fatos comumente veiculados na mídia.

A construção de certos sentidos para o índio na sociedade pode reforçar certos estereótipos a seu respeito, ou até mesmo resultar numa condição que o deixa quase sem representatividade no que tange às leis e documentos oficiais que instrumentalizam a Educação no Brasil. Esse aspecto é relevante quando levamos em consideração que os livros didáticos são elaborados e escolhidos a partir de diretrizes e normatizações oficiais. O espaço escolar, ambiente de formação cidadã, como esteio principal de circulação do livro





didático<sup>4</sup>, é diretamente influenciado pelos sentidos constituídos no material didático e, conseqüentemente, o estudante, na sua vivência escolar, pode ser tomado por tais sentidos, os quais poderão contribuir na construção de parâmetros éticos de comportamento. Vale ressaltar que o ambiente escolar e o ensino da língua portuguesa, no decorrer dos séculos, foram utilizados como instrumentos de legitimação das políticas coloniais, bem como homogeneização linguística e cultural. Um exemplo de instrumento oficial emitido sob esse viés foi o documento intitulado *O Diretório dos Índios*, promulgado pela coroa portuguesa em 30 de setembro de 1770, que procurava estabelecer definitivamente o ensino do português como forma de assegurar a correção da língua. Sua promulgação concebia que a correção, das línguas nacionais, incluindo tupi e demais línguas indígenas, “[...] seria um dos objetos mais atendíveis para a cultura dos povos civilizados, sendo, pelo contrário a barbárie das línguas a que manifesta ignorância das nações. [...]” (MARIANI, 2004, p. 153)

Em contrapartida, entendemos que a educação, assim como prefigurada na DUDH<sup>5</sup> e estabelecida legalmente como política de Estado no Brasil, deve-se prestar ao papel formador de cidadãos promotores da igualdade e tolerância para com as diversidades étnicas, culturais e linguística, combatendo toda forma de preconceito e discriminação. Isso nos leva a refletir acerca da macro política educacional do Estado Brasileiro e, conseqüentemente, no papel do livro didático como instrumento pedagógico e sua interveniência no processo

---

<sup>4</sup> Para aprofundamento de pesquisa acerca do livro didático e sentidos construídos no espaço escolar, recomendamos pesquisa na dissertação de mestrado elaborado por Florisbete de Jesus Silva para o PPGLIN-UESB, “Cenas repetidas: sentidos e memoráveis de gênero no livro didático”, ano 2017.

<sup>5</sup> Declaração Universal de Direitos Humanos.





de formação do cidadão. Portanto, compreendermos a constituição dos sentidos da palavra “índio” e “língua portuguesa” no livro didático nos possibilitará perceber se a reiteração de estereótipos e a propagação de preconceitos se fazem ou não presentes em textos utilizados nesse instrumento pedagógico.

Desse modo, especialmente no caso do texto analisado em nossa pesquisa, ensejou-se as seguintes perguntas: i) quais sentidos possuem a palavra índio e língua portuguesa no livro didático *Para Viver Juntos* de língua portuguesa do 9º ano do Ensino Fundamental?; ii) esses sentidos podem construir uma imagem preconceituosa do índio e excludente de suas expressões linguísticas? Vale ressaltar que o *corpus* apresentado e analisado nesse trabalho se trata de um recorte retirado de uma dissertação de mestrado intitulada “O sentido da palavra ‘índio’ nos livros didáticos do Ensino Fundamental”<sup>6</sup>.

O objetivo deste artigo é compreender como são constituídos os sentidos da palavra índio e língua portuguesa no espaço escolar, especificamente no livro didático *Para Viver Juntos*, recurso didático destinado ao ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa do 9º ano do Ensino Fundamental Público. Sendo assim, para atingir nosso objetivo, procuramos identificar e analisar, no livro didático, textos que trazem abordagens e representações sobre o índio e compreender como são constituídos os sentidos de índio nos excertos selecionados.

Para atingir nossos objetivos, situamos teoricamente no campo da Semântica do Acontecimento (SA), levando em conta algumas contribuições da Antropologia e das Ciências Sociais, de modo que possamos analisar o

---

<sup>6</sup> Especificações sobre esse trabalho já mencionadas na primeira nota.





*corpus* de pesquisa; compreendermos a constituição dos sentidos da palavra índio e analisar se esses sentidos podem reiterar ou não preconceitos contra o indígena. Doravante, trataremos aspectos históricos do índio no Brasil; em seguida, abordaremos alguns conceitos pertinentes ao campo teórico desta pesquisa, os quais são empregados como metodologia de análise, resultados/discussões e, por fim, as considerações e constatações finais.

### **REGISTROS HISTÓRICOS SOBRE O ÍNDIO BRASILEIRO: ENTRE A INGENUIDADE E A SELVAGERIA**

O primeiro registro atribuído aos portugueses, “A Carta de Caminha”, o qual descreve as primeiras impressões acerca dos habitantes das “novas terras descobertas”, é datado de 22 de abril a 10 de maio de 1500. A carta descreve os índios como homens pardos, todos nus, sem nenhuma coisa que lhes cobrisse suas vergonhas, traziam arcos nas mãos e suas setas (CAMINHA [1500] *apud* CUNHA, 2012, p. 363). Aos olhos dos portugueses, não restavam dúvidas de que se tratavam de seres humanos, entretanto, segundo Caminha, os índios não demonstravam preocupação alguma “[...] de cobrir ou de mostrar suas vergonhas; e nisso têm tanta inocência como em mostrar o rosto[...]”. Essa afirmação demonstra a estranheza de Caminha diante do fato daqueles homens se sentirem tão à vontade em se apresentarem despidos. Isso levou o navegador à conclusão inicial de que se tratava de pessoas “inocentes” ou “ingênuas”. Essa ideia de “povo inocente” se reforçava à medida que os recém-chegados estreitavam relações com os primeiros ocupantes da terra. Tal concepção levaria os portugueses a concluir que seria os indígenas um povo de fácil manipulação ou persuasão, pois para os recém-chegados, tratava-se de uma





gente de tal inocência que, se homem os entendesse e eles a nós, seriam logo cristãos, porque eles, segundo parece, não têm, nem entendem em nenhuma crença. E portanto, se os degredados, que aqui hão de ficar aprenderem bem a sua fala e os entenderem, não duvido que eles, segundo a santa intenção de Vossa Alteza, se hão de fazer cristãos e crer em nossa santa fé, à qual praza a Nosso Senhor que os traga, porque, certo, esta gente é boa e de boa simplicidade. E imprimir-se-á ligeiramente neles qualquer cunho, que lhes quizerem dar. E pois Nosso Senhor, que lhes deu bons corpos e bons rostos, como a bons homens, por aqui nos trouxe, creio que não foi sem causa. Portanto Vossa Alteza, que tanto deseja acrescentar a santa fé católica, deve cuidar da sua salvação. E prazerá a Deus que com pouco trabalho seja assim. Eles não lavram, nem criam. Não há aqui boi, nem vaca, nem cabra, nem ovelha, nem galinha, nem qualquer outra alimária, que costumada seja ao viver dos homens. (CAMINHA [1500] *apud* CUNHA, 2012, p.365)

No relato acima, podemos perceber também outra constatação preliminar que os portugueses tiveram sobre os índios. Sob a ótica lusitana, o fato de os indígenas serem inocentes e também a presunção de eles não possuírem crença, fizeram os portugueses arrazoar que, caso eles conseguissem compreender o idioma indígena ou se pudessem ser compreendidos pelos índios, poderiam facilmente persuadi-los a se tornarem cristãos. Os relatos acerca dos habitantes do “Novo Mundo” foram enviados ao rei de Portugal pelos navegadores e retransmitidos ao Papa no Vaticano, o qual logo percebeu a possibilidade de “arrebanhar” aquelas “almas perdidas”. Sendo assim, no ano de 1537, Paulo III emite a *Bula Veritas Ipsa*, cuja afirmação sobre os índios diz: “[...] eram humanos, portanto... passíveis de serem tornados iguais. Tinham alma, portanto... era obrigação dos reis cristãos batizá-los[...]

 (CUNHA, 2012, p. 365).

Na segunda expedição enviada ao Brasil, a serviço de Dom Manoel Rei de Portugal, Américo Vespúcio, navegador italiano, em uma carta remetida





à Coroa Portuguesa, conta que passou vinte e sete dias comendo e dormindo entre os “animais racionais da Nova Terra”. Essa referência que ele faz ao índio reitera atributos animais. Assim como Caminha, Vespúcio também relata que o povo indígena não “[...] têm lei nem fé nenhuma, vive segundo natureza[...]”, “[...] não tem rei[...]”. Entretanto, o registro de Vespúcio se diferencia da descrição feita pelo escritor da primeira Carta quando diz que os índios “[...] não obedecem a ninguém [...]” (VESPÚCIO, 1502, apud STEPHANOU; BASTOS, 2005, p. 37).

Assim, ao passo que Caminha, em seu primeiro registro, leva ao conhecimento do rei de Portugal o potencial de conversão daquele povo, dada a sua suposta inocência e amistosidade, Vespúcio, em contrapartida, através de seu relato, parece desencorajar uma possível tentativa de conversão daquele povo ao retratá-los como “selvagens” que vivem em uma sociedade caótica desprovida de leis ou regras, onde ninguém obedece a nada. Essa visão do índio como “animal selvagem” foi disseminada também por outros viajantes e sedimentada tanto no imaginário do europeu que retornou para o “Velho Mundo”, quanto nas concepções daqueles que se fixaram nas novas terras. Esse pensamento foi tão disseminado que a expressão “nem lei, nem fé, nem rei” é posteriormente utilizada, naquele mesmo século, por outros navegadores ao referirem-se ao índio.

No Brasil Colônia, o avanço às áreas interioranas, entre meados do século XVI a meados do século XVIII, foi potencializado em decorrência da mudança da matriz econômica da colônia que migrou da extração do pau-brasil para o cultivo agrícola, fato que, no primeiro momento, demandou mão de obra indígena. Assim, aqueles antigos parceiros de escambo passaram a ser vistos com mão de obra escrava para a expansão das lavouras de cana de





açúcar. Por conseguinte, durante o período que abrange o final século XVIII até meados do século XIX, com o avanço do povoamento e do surgimento das vilas, também foi muito debatida a necessidade ou não de exterminar os índios “bravos”, eliminando-os dos sertões - solução proposta por alguns colonos - ou então a necessidade de “civilizá-los” e tentar incluí-los na sociedade.

Com essa perspectiva avançando ainda no século XX, o naturalista alemão residente no Brasil, Hermann von Ihering, chegou a afirmar em seu livro “*A Questão dos Índios no Brasil*” que o indígena brasileiro era um empecilho ao progresso. Em sua obra, o autor afirma: “a marcha ascendente de nossa cultura está em perigo; é preciso por cobro a esta anormalidade que a ameaça. Protejam-se os índios pacíficos, mas garantam-se ao mesmo tempo a vida e a propriedade contra assaltos de índios bravios” (von IHERING, 1911, p. 31).

Por outro lado, ao passo que relatos de extermínio indígena chegavam nos grandes centros populacionais do Brasil, criou-se um sentimento de revolta em relação às barbáries cometidas contra as populações autóctones, fato que resultou em pressões por parte da imprensa e de alguns segmentos sociais, com intuito de buscar soluções não violentas à questão do índio. Assim sendo, a partir do Decreto no 8.072/1911 (BRASIL, 1911), o índio é legalmente incluído no sentido de ter assegurado o direito de professar a sua fé, entretanto, é excluído por não ser lhe concedido o direito de continuar expressando sua identidade cultural, ficando sujeito a uma persuasão progressiva por meio de inspetores designados pelo Estado, com fins de os indígenas deixarem de expressar a sua cultura de modo gradativo. Essa ideia de adaptação gradativa é reiterada através de outra norma, o Decreto nº 9214 de dezembro de 1911, no qual o artigo 15 prevê a transformação do





indígena em um trabalhador rural<sup>7</sup>, ou seja, em um produtor a serviço dos centros urbanos. Assim, as leis que supostamente teriam por finalidade proteger os índios, na verdade, propunham adaptações de modo que eles deixassem gradativamente sua cultura e seus costumes.

Com promulgação da Constituição Federal de 1988, são estabelecidos direitos e garantias aos povos nativos. Conforme o artigo 231 desta, são

**reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.**

§ 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições”<sup>8</sup>

Conforme vimos no art.231 da Constituição Federal do Brasil de 1988 (CFB), a cultura indígena e sua organização social devem ser reconhecidas e respeitadas como expressão própria de um povo, o que inclui sua liberdade de expressão linguística, marcada pela multiplicidade de dialetos cunhados no seu percurso histórico e constitutivo social. Além disso, a Carta Magna também estabelece garantias quanto ao respeito à diversidade multiétnica indígena, ou seja, uma perspectiva diferente em relação às leis anteriores que, ainda sob uma visão etnocêntrica, sugeria que o indígena deveria ser submetido à uma

---

<sup>7</sup> Decreto nº 9214 de dezembro de 1911, Art. 15: Cada um dos antigos aldeamentos, reconstituídos de acordo com as prescrições do presente regulamento, passará a denominar-se «Povoação Indígena», onde serão estabelecidas escolas para o ensino primário, aulas de música, oficinas, máquinas e utensílios agrícolas, destinados a beneficiar os produtos das culturas, e campos apropriados à aprendizagem agrícola”.

<sup>8</sup> Grifos nossos.





gradativa assimilação cultural por estágios, até que se adaptasse ao estilo de vida do homem branco. Tais concepções quando reiteradamente reproduzidas são passíveis de constituir estereótipos e propagar preconceitos, os quais podem cercear os índios ao acesso dos direitos fundamentais universais, tais como o direito à sua personalidade, à vida, à igualdade, à dignidade da pessoa humana, à segurança, à honra, à liberdade e à propriedade, direitos estes previstos não somente na DUDH, mas também na Constituição Federal Brasileira. A seguir, apresentaremos os pressupostos teórico-metodológicos empregados nos procedimentos analíticos do presente trabalho.

## **PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS**

Esta pesquisa se situa no campo teórico da Semântica do Acontecimento, teoria proposta por Eduardo Guimarães. No intuito de analisar os sentidos que constituem o acontecimento, Guimarães estabeleceu os procedimentos de análise, os quais também faremos uso em nosso trabalho ao apreciar o *corpus* proposto, quais sejam:

- 1) toma-se um recorte qualquer e produz-se uma descrição de seu funcionamento;
- 2) interpreta-se seu sentido na relação com o texto em que está integrado;
- 3) chega-se a, ou toma-se, outro recorte e faz-se dele uma descrição;
- 4) interpreta-se seu sentido na relação com o texto em que está integrado, tendo em vista a interpretação feita do primeiro recorte;
- 5) busca-se um novo recorte, etc, até que a compreensão produzida pelas análises se mostre suficiente para o objetivo específico da análise. (2011, p. 45)

Além dos procedimentos previamente relacionados, utilizaremos dois dispositivos específicos de análise semântica proposto por Guimarães



(2009, 51p.): a reescrituração e a articulação nos quais discorreremos doravante. 1) Articulação, que consiste num procedimento pelo qual são estabelecidas relações semânticas levando em conta como os elementos linguísticos constituem significação contiguamente, podendo ocorrer de três modos distintos, por dependência (em que os elementos contíguos se organizam por uma relação que constitui, no conjunto, um só elemento), por coordenação (consiste na tomada de elementos como se fossem um só da mesma natureza de cada um dos constituintes) e por incidência (relação entre um elemento da mesma natureza e outro de outra natureza, de modo a formar um novo elemento do tipo do segundo). O outro dispositivo de análise de que nos valeremos é: 2) Reescrituração, que consiste em redizer o que já foi dito, onde uma expressão é reportada a outras por algum procedimento, anáfora, catáfora, substituição, elipse ou outros, por exemplo, que as relaciona no texto integrado pelos enunciados em que ambas estão, mas que no seu processo de redizer resulta em uma deriva de sentido.

Como nosso objetivo é analisar as constituições dos sentidos da palavra índio no texto do livro didático, optamos por buscar, no exemplar escolhido, textos que apresentavam a ocorrência da palavra índio e/ou suas reescrituras que posteriormente foram submetidos à análise com base na teoria da Semântica do Acontecimento. No quadro teórico em tela (SA), o acontecimento enunciativo constitui por agenciamento, no espaço de enunciação<sup>9</sup>, modos específicos de acesso

---

<sup>9</sup> Conforme Guimarães (2002, p.18), trata-se de espaços de funcionamento da língua que se dividem e redividem. Além do mais, são “habitados” por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer construídos pela equivocidade própria do acontecimento deontologicamente.





à palavra, chamados de cenas enunciativas. As cenas enunciativas são “especificações locais nos espaços de enunciação”, ou seja, um espaço particular de agenciamento do falante em locutor que distribui lugares de enunciação no acontecimento (GUIMARÃES, p.10, 2014). Ainda segundo o autor, os

falantes não são os indivíduos, as pessoas que falam esta ou aquela língua. Os falantes são estas pessoas enquanto determinadas pelas línguas que falam. Neste sentido, falantes não são as pessoas na atividade físico-fisiológica, ou psíquica, de falar. São sujeitos da língua enquanto constituídos por este espaço de línguas e falantes que chamo espaço de enunciação (GUIMARÃES, 2002, p. 18)

Conforme veremos nas análises, o acontecimento distribui aos falantes papéis de forma desigual, segundo uma hierarquia de identidades. Por exemplo, a um falante é permitido que se comunique com seus amigos de certo modo, ao ser tomado no acontecimento, como locutor-amigo. Contudo, ao mesmo falante, tomado em outro acontecimento enunciativo como locutor-jornalista, por exemplo, durante uma transmissão em rede nacional de um telejornal, não lhe é permitido expressar-se do mesmo modo como quando se dirige a familiares e amigos.

Além disso, para Guimarães (2002, p. 120) o Locutor, diferente do que diz Benveniste (1974), não é o centro da temporalidade, mas é tomado na temporalidade, a qual é estabelecida pelo próprio acontecimento. Por sua vez, Benveniste (apud GUIMARÃES, 1974, p.46) conceitua a enunciação como uma relação do locutor com a língua na qual o mesmo se apropria da língua para colocá-la em funcionamento, determinando o tempo presente da enunciação. Em contrapartida, Guimarães propõe que o sujeito, não





psicofísico, não se apropria da língua, mas é tomado pelo acontecimento num lugar determinado pelo agenciamento político, neste caso, o próprio acontecimento determina a temporalidade e não o sujeito. Nesse sentido, a temporalidade consiste na configuração de um presente que em si abre latência de futuro, ou futuridade, sem a qual não há acontecimento de linguagem e sentido (GUIMARÃES, 2002, p. 12). Sob essa perspectiva, o presente e futuro do acontecimento apenas funcionam por um passado, por meio de rememorações que os fazem significar, ou seja, por meio de enunciações anteriores que significam no presente do acontecimento e abrem possíveis sentidos e interpretações futuras. Trata-se de um passado que não é lembrança ou recordação pessoal de fatos anteriores. O passado no acontecimento é uma rememoração de enunciações, ou seja, se dá como parte de uma nova temporalização, tal como a latência de futuro. Neste sentido, “[...]o acontecimento é sempre uma nova temporalização, um novo espaço de conviviabilidade” (GUIMARÃES, 2002, p.12). A seguir, apresentaremos os resultados e discussões ancorados no aporte teórico já anteriormente apresentado.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

O excerto selecionado para análise neste trabalho foi retirado do livro *Para Viver Juntos*, Greta Marchetti, Heidi Strecker e Mirella L. Cleto, Editora SM, o qual é um livro de Língua Portuguesa do 9º ano do Ensino Fundamental. O critério de escolha do referido exemplar se deu pelo fato deste ter sido classificado pelo MEC entre os três livros didáticos de Língua Portuguesa mais amplamente distribuídos na rede pública de





ensino, conforme a lista publicada pelo FNDE/PNLD 2017, com largo quantitativo de distribuição (236.898 livros). Trata-se de um exemplar de 288 páginas contendo gêneros textuais associados a atividades de interpretação e de estudos gramaticais destinados à prática de ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa. Neste título, foi selecionado um (01) excerto que, doravante, será analisado e comentado.

### **TEXTO SELECIONADO: RECORTE 1**

O texto analisado a seguir, aparece na página 222, sob uma seção do livro *Para Viver Juntos*, intitulada Reflexão Linguística, que trata sobre as estruturas das palavras, radicais e afixos, neste recorte em específico (página 222), a abordagem proposta no Livro Didático trata das influências dos radicais latinos e gregos na Língua Portuguesa. Conforme Manual do professor do livro *Para Viver Juntos*, a seção Reflexão Linguísticas onde o recorte se encontra, deve prever a “[...] reflexão sobre os usos da língua e da linguagem, assim como a reflexão sobre os conhecimentos linguísticos como um todo, sejam eles discursivos, textuais, gramaticais ou notacionais[...]” (STRECKER;CLETO;PAIVA, 2015,p. 297).Afirma ainda, que se tome como objeto de **reflexão** tantos os usos dos recursos linguísticos utilizados pelos produtores na elaboração de textos e, os **efeitos de sentidos provocados por esse uso**, quanto aos fatos da linguagem já organizados em categorias pelos gramáticos, assim como a s regularidades a eles subjacentes. O excerto em questão apresenta duas tabelas contendo radicais latinos e gregos com respectivos exemplos, concomitantemente.



a seção descrita dispõe de dois quadros (boxes) de tamanho menor: 1) O primeiro com o título **Influência do Latim**; 2) O segundo, imediatamente abaixo do primeiro, apresenta o título **Influência do Tupi**.

Vale ressaltar que o segundo quadro dispõe de uma imagem representativa de um índio ornamentado com um adereço étnico, cocá, sob sua cabeça, costas cingidas por um alforje munido de flechas, e em sua mão direita segura um objeto representando uma pedra. A imagem também mostra um balão de diálogo articulado à imagem do indígena contendo a palavra **ITA**, que significa pedra na língua Tupi. Vide a Imagem 2, abaixo, onde apresentamos a transcrição do texto seguida de discussões e análises do Recorte 11.

Imagem 2 - Transcrição do excerto do recorte 1

Reflexão Linguística

Estrutura das Palavras: Radicais e afixos

**Radicais, prefixos e sufixos latinos e gregos** (Veja a seguir alguns dos radicais, prefixos e sufixos latinos e gregos mais comuns.)

Radicais Latinos	Exemplos
bel (guerra)	bélico
equi (igual)	equilátero
frater/frati (irmão)	fraternidade
patri (pai)	patriarca
cida (que mata)	formicida
cola (que cultiva ou habita)	agricola
fugo (que foge ou faz fugir)	vermifugo
sono (que soa)	uníssono
voro (que come)	carnívoro

Radicais Gregos	Exemplos
biblio (livro)	biblioteca
cracia (poder)	democracia
crono (tempo)	cronograma

**Influência do Latim**

Alguns radicais de palavras do português podem ser reconhecidos no espanhol, no italiano e no francês, porque as quatro línguas têm a mesma origem: o latim.

*-livro, flor* (português)

*-libro, flor* (espanhol)

*-livre, fleur* (francês)

*-libro, flore* (italiano)

Mesmo no inglês, que não vem do latim, observa-se a presença de alguns radicais de origem latina.

*-library*: biblioteca



demo (povo)	demografia
etno (raça)	etnocêntrico
filo (amigo)	filosófico
fobia (medo, aversão)	claustrofobia
fone/fono (som, voz)	fonologia
grafia (escrita, descrição)	ortografia
hetero (outro)	heterogêneo
homo/homeo	homônimo
orto (reto, justo)	ortografia
pan (tudo, todos)	pan-americano
patia (doença)	cardiopatia
pedi/pedo (criança)	pedagogo
pseudo (falso)	pseudônimo
sofia (sabedoria)	filosofia
tele (de longe)	televisão
xeno (estrangeiro)	xenofobia
zoo (animal)	zoologia

**Influência do Tupi**

O português também tem radicais vindo do tupi.

-*ita* (pedra): Itaberaba (pedra brilhante), *Itaína* (pedra preta), *Itaim* (pedrinha)

-*pira* (peixe): *piracema* (saída dos peixes), *piranha* (peixe com dentes)

**(Vide imagem do Recorte 01)**

Fonte: elaborada pelo autor com base em Marchetti, Strecker e Cleto (2015, p. 222).

## DISCUSSÕES

Inicialmente, tendo como base o conceito de reescritura previamente mencionado, podemos afirmar que a expressão nominal, **Reflexão Linguística**, título da seção apresentada no Recorte 1 (Imagem 2), é reescritura do corpo textual, como meio de ampliar sequencialmente o que está sendo dito na expressão nominal do título da seção. O mesmo ocorre nas expressões nominais, **Influência do Latim** e **Influência do Tupi**, que são reescrituradas por expansão através dos textos nos respectivos boxes. Conforme Guimarães (2009, p.20), o dispositivo de reescrituração pode produzir sentidos de diversos modos, no caso das reescrituras por expansão em **Influência do Latim** e **Influência do Tupi**, a reescrituração



produz um desenvolvimento, pois a sequência que doravante se desenvolve determina os elementos linguísticos expandidos, ou seja, tudo o que se segue atribui sentido aos respectivos títulos, como ocorre nas explanações que seguem logo após as expressões nominais, **Influência do Latim** e **Influência do Tupi**, em destaque nos boxes.

Similarmente, podemos afirmar que o conteúdo do texto das tabelas com os títulos **Radicais Latinos** e **Radicais Gregos**, no Recorte 1, são reescrituras a partir dessas expressões nominais de seus títulos, mas neste caso, estas ocorrem por expansão enumerativa. A primeira tabela, na Imagem 2 - Recorte 0, a expressão **Radicais Latinos** é expandida por enumeração na sequência “[...] **bel (guerra), equi (igual), ..., sono (que soa), voro (que come)** [...]”, que independente de suas posições atribuem sentido ao enumerado, ou seja, trata-se de uma relação de determinação, ao apresentar os modos de reescritura onde os enumerados se apresentam como **Radicais Latinos**. O mesmo ocorre com a expressão nominal **Exemplos**, na mesma tabela, que é por enumeração expandida e determinada por “[...] **bélico, equilátero, ..., uníssonos, carnívoro**[...]”.

Na segunda tabela, a expressão nominal **Radicais Gregos** é reescrita por expansão enumerativa através da sequência “[...] **bíblia (livro), cracia (governo), ..., xeno (estrangeiro), zoo (animal)** [...]”, ao passo que o título em paralelo, na mesma tabela, representado pela expressão nominal, **Exemplos**, é enumerativamente expandida por “[...] **biblioteca, democracia, ..., xenofobia, zoologia**[...]”. Em ambos os casos, primeira e segunda tabela, como já mencionado, tratam-se de relações de determinação onde os elementos linguísticos enumerados atribuem sentido aos enumeradores, pois, por exemplo, **biblioteca** e **democracia** retomam **Radicais gregos**, tendo



em vista que a expressão nominal **Exemplo**, na segunda tabela também, articula-se a **Radicais Gregos**. Agora concentraremos nossas análises nos quadros menores, boxes que trazem em seus respectivos títulos as sequências nominais **Influência do Latim** e **Influência do Tupi**, que doravante identificaremos respectivamente como Recorte 01 (a) e Recorte 01(b).

### **RECORTE 1(A)**

- (1) Alguns radicais de palavras do português podem ser reconhecidos no espanhol, no italiano e no francês, porque as quatro línguas têm a mesma origem: o latim.
- (2) -livro, flor (português); -*libro, flor* (espanhol); -*livre, fleur* (francês); -*libro, fiore* (italiano)
- (3) Mesmo no inglês, que não vem do latim, observa-se a presença de alguns radicais de origem latina.
- (4) -*library*: biblioteca

Em (1) a expressão, **alguns radicais de palavras do português**, articula-se a **reconhecidos no espanhol, no italiano e no francês**. Ainda nesse acontecimento a expressão linguística **quatro línguas** está articulado a **mesma origem e latim**, produzindo sentidos de que essas línguas possuem em comum a mesma ascendência linguística, o Latim. Esse funcionamento é determinante na construção do sentido agenciado na cena enunciativa em questão. Para a compreensão do conflito que se instala no centro do dizer, o Político, conceito da Semântica do Acontecimento, devemos pensar que o espaço enunciativo, local onde se desdobra a luta pela palavra, está deontologicamente dividido de modo desigual entre falantes (do português, do espanhol, do francês e do inglês), pois a relação





entre línguas e falantes é regulada por uma deontologia global do dizer em uma certa língua, ou seja, hierarquias entre línguas são estabelecidas nesse agenciamento, determinando lugares de falantes que são ou não autorizados a falar de certo modo. Sendo assim, para Guimarães (2009), esse espaço de enunciação distribui as línguas, e os modos de dizer dos seus falantes.

Prosseguindo nossa análise, constatamos no trecho (2) que as expressões nominais **livro, flor** (português); **libro, flor** (espanhol); **livre, fleur** (francês); **libro, fiore** (italiano) tratam-se de uma acumulação coordenante<sup>10</sup> que faz funcionar sentidos nos quais os componentes da enumeração são partes coordenadas de um todo, o que reforça a ideia de igualdade e equiparação entre as expressões enumeradas nessa cena enunciativa. A articulação por coordenação entre elementos linguísticos em (2), organizam as expressões nominais como se fossem uma só, de mesma natureza, ou seja, todas as palavras exemplificadas são oriundas de línguas latinas.

Percebe-se que os elementos linguísticos articulados por coordenação em (2), são concomitantemente uma reescritura, por expansão enumerativa, de **quatro línguas**, que está articulada às expressões nominais **mesma origem e latim** em (1), o que constrói através de agenciamento enunciativo um sentido de unidade, igualdade ou equidade de hierarquia entre as expressões nominais.

Em (3) inglês articula-se com **não vem do latim e presença de alguns radicais de origem latina**, constituindo nessa cena enunciativa sentidos

---

<sup>10</sup> Segundo Lausberg (1966, p. 135, apud GUIMARÃES, 2009, p.57), existem a acumulação coordenante, aquela que se refere aos elementos linguísticos em contato, e a acumulação à distância, que está relacionada aos elementos linguísticos não próximos. Para ele, a acumulação coordenante em contato é a enumeração. Desse modo, “os membros da enumeração são as partes coordenadas de um todo”.





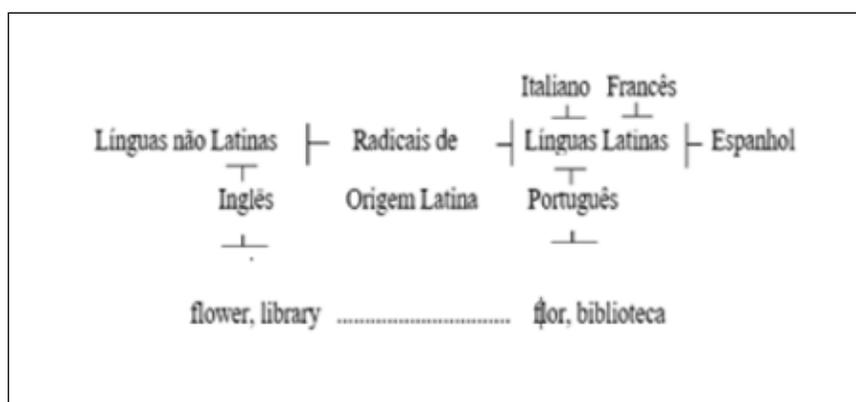
de dissimilitude entre a língua inglesa e demais idiomas de origem latina, mas que, ao mesmo tempo, faz funcionar um sentido de que o inglês também compartilha ou estabelece, em certa medida, alguma relação de equiparação com as demais línguas mencionadas na cena enunciativa. As expressões **library: biblioteca** e **flower: flor** estão articuladas por coordenação e são reescrituras por expansão enumerativa de **alguns radicais de origem latina** e constroem sentidos de que apesar das dessemelhanças, há ponto de convergência ou interseção entre o inglês e as demais línguas de origem latina.

Seguindo nossa análise, em (3), a expressão **Mesmo, o inglês que não vem do latim**, articulada à expressão **presença de alguns radicais de origem latina**, constrói sentidos que sobrelevam o latim como idioma que ainda exerce influência sob línguas modernas, conforme apresentado na cena enunciativa, por impor registros linguísticos ainda perceptíveis não somente naqueles idiomas, português, espanhol e francês, a ele diretamente ligados, mas também no inglês constituído como uma língua sem ascendência latina. Ademais, as construções de sentidos de superioridade do latim são reforçadas pelo fato deste exercer influência até mesmo no inglês, língua moderna não latina de prestígio e veículo de irradiação da cultura ocidental.

Os elementos **library: biblioteca** e **flower: flor**, por seu turno, são reescrituras enumerativas por coordenação de **alguns radicais de origem latina**, deste modo, essa relação constitui o sentido de que o latim, como língua hegemônica, suplantou seu escopo de influência, imprimido marcas até mesmo em línguas germânicas, neste caso o inglês. Sendo assim, neste último caso ocorre uma constituição de sentidos apontando para uma ligação entre o inglês e os demais idiomas latinos elencados. Isso leva a construção do seguinte DSD.



Quadro 1 – DSD recorte 1 (a)



Fonte: elaborado pelo autor (2020).

Conforme o DSD recorte 1(a), **Radicais de origem latina** determina **Língua Latinas** e **Línguas não Latinas** constituindo sentidos de que a influência exercida pelo Latim, historicamente em diversos territórios conquistados pelos romanos, deixou marcas nas línguas dos povos conquistados, essas são representadas pelos radicais encontrados em palavras de idiomas derivados de línguas latinas e não latinas. Ainda no DSD Recorte 01(a), **Línguas não Latinas** é determinada por **Inglês**, que por sua vez determina **flower, library** que estabelecem uma relação de igualdade com **flor, biblioteca** que por seu turno é determinado por **português**, nesse caso, são construídos sentidos de que através do latim, a língua portuguesa e a língua inglesa compartilham radicais em comum. **Português** determina **Línguas Latinas**, que, no DSD recorte 1(a), também determina as expressões linguísticas, **italiano, francês e espanhol** o que constitui sentidos de que a língua portuguesa assim como as línguas italiana, francesa e espanhola, receberam influência do latim, reiterando assim a contribuição desse idioma na formação dessas línguas.



O Locutor da cena enunciativa, DSD Recorte 1(a), se apresenta como responsável pelo dizer e é dividido como locutor-autor de livro didático (lugar social de dizer), que adere a um dizer de enunciador-universal (lugar de dizer) por trazer a voz universal da ciência linguística para defender/legitimar sua proposição que ressalta a relevância do latim como língua de grande influência sobre os demais idiomas apresentados, podemos notar isso especialmente em (1) e (3), e ao tentar validar sua afirmação de modo exemplificativo em (2) e (4). As construções de sentidos nesse acontecimento retomam memoráveis de enunciações que marcam uma disputa pela palavra entre falantes de línguas derivadas e não derivadas do latim, antiga língua da ciência, a língua franca do mundo ocidental, moldada pela cultura e difundida por conquistas territoriais através do Império Romano, que influenciou fortemente não apenas na formação das chamadas línguas neolatinas (português, francês, italiano e espanhol), mas deixando marcas em alguns idiomas não latinos, como inglês. Sendo assim podemos formular as paráfrases<sup>11</sup>:

**1(a)** O latim é a língua base da civilização ocidental.

**01(a)** O latim foi instrumentos de dominação e imposição cultural

Sendo assim, há um funcionamento no agenciamento enunciativo que marca o papel determinante do latim como língua influente recortando memorável do latim na qualidade de língua franca do Império Romano, que

---

<sup>11</sup> Tomamos a paráfrase neste trabalho como um mecanismo à disposição do analista para sua interpretação, um teste para entender os sentidos de determinada enunciação, entretanto não podemos compreendê-la como um resultado final de análise, mas sim uma possibilidade interpretativa (SOUZA; VENTURA, 2019).



exercer seu poder hegemônico por um longo tempo em um vasto território do mundo antigo, abrangendo áreas que atualmente fala-se inglês, português, francês, italiano e espanhol, neste caso, trata-se de uma relação de sentidos que determina a filiação dessas línguas a memoráveis de glórias e conquistas predicados ao latim (língua nobre) que no agenciamento enunciativo legitima a dominação daquelas sobre idiomas de civilizações consideradas “iletradas”. Essa relação do português com o latim “[...] servirá de suporte ao modo como se dará o confronto com as línguas indígenas[...]” (MARIANI, 2004, p. 53), ou seja, a língua portuguesa constitui-se um instrumento institucional de civilização e sobreposição/apagamento das línguas nativas. Nesse sentido, o espaço de enunciação marcado pelo período das grandes navegações propiciou terreno para um embate conflituoso pelo acesso à palavra e pela língua trata-se de um momento não apenas de legitimação do português ante o latim e outras línguas europeias, mas de uma afirmação da língua portuguesa frente às novas línguas indígenas e africanas que vão se dando a conhecer (MARIANI, 2004, p. 52). Compreenderemos melhor esse processo ao analisarmos doravante o recorte Recorte 1(b).

### **RECORTE 1(B)**

(5) O português também tem radicais vindo do Tupi

(6) *-ita* (pedra) (articulação com a imagem): Itaberaba (pedra brilhante, *Itaúna* (pedra preta), *Itaim* (pedrinha); *-pira* (peixe): *piracema* (saída dos peixes), *piranha* (peixe com dentes)



Podemos constatar em (5) uma articulação entre **português e radicais vindo dos do tupi**, que constituem sentidos que incluem o tupi<sup>12</sup> no rol das línguas que influenciaram o português por supostamente deixar nesse idioma marcas culturais e linguísticas dos povos indígenas, a partir de uma relação de luta pelo espaço de enunciação regulado, e de disputas históricas pela palavra, neste caso, desde tempos primevos da colonização Brasil, entre falantes da línguas portuguesa (conquistador) e falantes da língua tupi (conquistado).

Entretanto, percebemos no texto sentidos constituídos na opacidade da língua, que excluem o tupi de um lugar relevante, à medida que esse agenciamento posiciona a língua latina e suas línguas derivadas, incluindo o português, ou seja, aquelas de **povos civilizados**, em patamar hierárquico superior, em relação ao tupi, língua falada por **povos não civilizados**, sentidos esses retirados em (5), onde **português** é reescritura de (1) **quatro línguas**, apresentado no Recorte 1 (a), que por sua vez, articula-se a **origem e latim**. Ainda em (5), a expressão linguística, **O português**, articulada a **também tem radicais do tupi**, nesse espaço de enunciação, predica à língua indígena sentidos que lhe atribuem relevância secundária, acessória, acidental e dispensável em relação à influência dos demais radicais oriundos, por exemplo do latim, do qual a língua portuguesa se origina.

A expressão **radicais vindo do tupi** ainda é reescriturada por uma enumeração acumulativa por coordenação entre os elementos linguísticos **-ita (pedra): Itaberaba (pedra brilhante, Itaúna (pedra preta), Itaim (pedrinha), -pira (peixe): piracema (saída dos peixes)**,

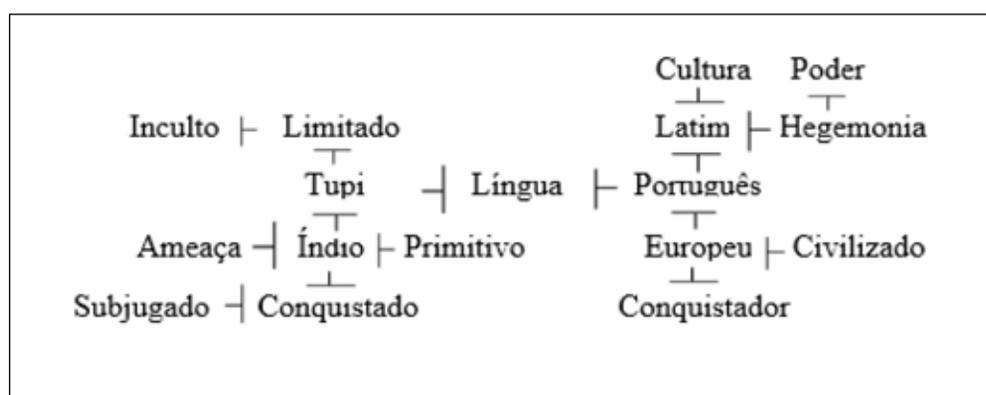
---

<sup>12</sup> “[...]Entre as numerosas línguas extintas, a que teve maior importância na história da língua portuguesa no Brasil foi o tupi, a língua de várias tribos da costa brasileira na primeira época da colonização, Trata-se de um dos grandes ramos da família linguística tupi-guarani[...]” (NOLL;DIETRICH,2010,p. 82).



**piranha (peixe com dentes).** É importante ressaltar que a expressão **ita (pedra)** é reescriturada pela expressão **ITA** apresentada em um balão de diálogo, que representa uma enunciação atribuída a um índio prefigurado na imagem do quadro **Influência do Tupi**. Nesse quadro um índio é retratado aparentemente despido, adornado com um cocar sob sua cabeça, adereço tribal no braço esquerdo, municiado com alforje repleto de flechas e na sua mão direita segura algo que se parece a uma pedra. O índio nessa representação é apresentado olhando para o objeto que está em sua mão (pedra). Essa composição imagética está imediatamente articulada à expressão linguística **ITA** contida em um “balão de diálogo”, construindo sentidos de que a enunciação aparentemente é produzida pelo próprio índio. Toda a imagem está articulada ao título do quadro **Influência do Tupi**, constituindo sentidos que atribuem ao índio características primitivas e hostis, marcadas por estereótipos, que por vezes o representa como um inocente não civilizado e por outras, como um selvagem e ameaça. Vejamos o DSD abaixo.

Quadro 2 - DSD Recorte 1(b)



Fonte: elaborado pelo autor (2020).



No DSD Recorte 1(b), **português** determina **latim** que é determinado por **cultura** e **hegemonia**, constituindo sentidos de que o latim foi uma língua fonte de conhecimento e representativa de poder e exerceu influência sobre a língua portuguesa. **Português** é determinado por **europeu** que por sua vez determina **conquistador** e é determinado por **civilizado**, produzindo sentidos de que por meio da língua portuguesa, falada pelo colonizador, civilizado, a Coroa Portuguesa se encarregou de implantar o progresso em territórios dominados outrora por povos que predicam sentidos de primitividade, os índios. Por outro lado, o elemento linguístico **tupi** é determinado por **inculto** e **limitado**, que por sua vez determinam **índio**, que no DSD Recorte 1(b), é determinado por **primitivo**, **ameaça**, e por “*subjugado*”, constitui sentidos que designam Língua Portuguesa como sendo a língua do povo civilizado (conquistador), e por outro lado, a Língua Tupi é designada como língua primitiva de um povo selvagem (conquistado), os índios.

O locutor-autor de livro didático, como enunciador universal, é levado a enunciar numa posição de onde são estabelecidos conceitos de verdadeiro e falso acerca do que ele predica sobre língua portuguesa, língua tupi, cultura e civilização. Sendo assim, nessa cena enunciativa, o locutor-autor de livro didático em um dizer de enunciador-universal é levado a constituir sentidos de que a língua tupi, por ser falada por povos não civilizados, tem menos importância que o latim, língua de povos civilizados, e portanto, um idioma primitivo que deve ser abolido.

Nesse acontecimento, temos o recorte de um memorável que remontam ao período de domínio, expansão e exploração do Império Português sobre as terras do Brasil, onde a língua portuguesa, Língua Oficial ascendente





do latim e representativa da civilização e do progresso, foi instrumento de dominação em prol do “avanço civilizatório”<sup>13</sup>, ou seja, a cena enunciativa se dá num espaço de enunciação configurado pela sobreposição de uma língua oficial (o português), sobre outra língua (tupi). O efeito de exclusão de uns nesse processo, nega ao índio o direito de resposta, visto que, sem compreenderem o português, não pode contestar aquilo que está sendo dito sobre eles no formato escrito, nem têm como constituir por si memoráveis sobre o desconhecido português, já que sua língua não tem escrita (MARIANI, 2004, p. 29). Consequentemente, através da escrita, instala-se uma relação de embate assimétrico entre línguas, o que nesse caso possibilita que acontecimentos enunciativos da língua portuguesa prevaleçam ante àqueles das línguas indígenas e constituam sentidos e memoráveis que passam a determinar como o índio deve ou não deve ser, trata-se de uma via de sentidos que exigem o esvaziamento constitutivo de certas significações quanto ao ser índio projetando-lhes outros.

O homem índio como “vazio” é uma relação de sentidos que se constrói pela ausência de letras ou produções literárias predicadas à cultura ocidental, e que ao mesmo tempo esvazia os sentidos de ser humano a ele atribuídos. É interessante observar que o sistema educacional teve um papel crucial nesse processo. Conforme Silva (1998, p. 218), é nesse lugar, na escola, através processo de alfabetização na língua portuguesa, que o índio é determinado como “papel branco”<sup>14</sup> no qual ocorre a reescritura de novos

---

<sup>13</sup> [...] uma nação [...] na qual não há [...]; nenhum conhecimento de letras; nenhuma ciência de números[...]” (MONTAIGNE, [1580] 1952, p. 234 *apud* LESTRINGANT, 2006, p. 518).

<sup>14</sup> Memorável retomado de acontecimento enunciativo constituído em carta de Manoel da Nobrega dirigida ao rei D. João ao aludir os índios, “[...] porque em coisa alguma crêm e estão papel branco para nelles escrever à vontade[...]” (:125, *apud* SILVA, 1998, p.206)





sentidos sobre si e o mundo que o cerca. Predica-se língua como instrumento e escola como espaço de transmissão de civilização, é nela que ocorre o apagamento e reescritura de sentidos que repercutirão no rearranjo social e homogeneização linguística.

Deste modo, a exclusão que esta cena enunciativa produz é a exclusão do locutor-indígena do espaço de enunciação, uma negação do dizer, que, de certa forma, produz uma negação de direito de dizer dos índios, à época (GUIMARÃES, 2018). Esses memoráveis constituíram em uma futuridade reverberada em acontecimento enunciativo durante o século XVIII, por exemplo, com a promulgação do documento oficial da coroa portuguesa, Diretório dos Índios.

O acontecimento enunciativo, Diretório dos Índios<sup>15</sup> predicava a homogeneização linguísticas nas terras brasileiras tendo como alicerce padrão linguístico a língua portuguesa. Esse processo se deu através da proibição do uso da língua geral (tupi jesuítico), bem como outras línguas, e a organização de um outro sistema escolar, baseado totalmente na língua portuguesa. Tratava-se de um acontecimento enunciativo que constitui sentidos de necessidade de estabelecimento de uma língua única por imposição, representando a legitimação do controle do poder régio e submissão do colonizado. As línguas indígenas cada vez mais vão se esvanecendo da construção dos sentidos da história, da colonização e história do próprio português, são relegadas a categorizações de brasileirismos, como topônimos ou designações específicas da fauna e flora, um efeito de silenciamento de

---

<sup>15</sup> Documento emitido pela coroa portuguesa em 30 de setembro de 1770 que buscou estabelecer a correção das chamadas línguas nacionais e a determinação do português como única língua destinada ao ensino (MARIANI, 2004, p. 153).





vozes heterogêneas, memoráveis que são retomados no acontecimento do livro didático, objeto de análise (Mariani 2004, p.153).

A seguir, já no século XX, memoráveis de imposição linguística do português também constituíram uma futuridade em acontecimento enunciativo no trabalho de linguística histórica, obra de Serafim Neto, analisada por Guimarães (2018) à luz da Semântica do Acontecimento. Conforme Guimarães (2018, p. 26) na obra

[...] Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa no Brasil de Silva Neto (1950), já coloca diante da palavra civilização logo no início da obra. No primeiro parágrafo da introdução ao apresentar seus objetivos ele diz: [...]. Foi nosso escopo encontrar apoio na história do Brasil, na formação e crescimento da sociedade brasileira, para colocar a língua no seu verdadeiro lugar: a expressão da sociedade inseparável da história e da civilização [...].

As análises de Guimarães apontam que civilização, nesse acontecimento, é única e se caracteriza por especificações particularizadoras: religião, hábitos, e língua, cultura, padrão de cultura; assim como por reescrituras que a predicam: evolução histórico-social. Para o autor, há nesse acontecimento um desenho no sentido de civilização como valor. Guimarães (2018, p.27) ainda afirma que em outra passagem na obra desse autor e linguista (Serafim Neto), uma caracterização da relação do português com as línguas existentes no Brasil, onde o mesmo afirma [...] a história da língua portuguesa nestas terras de Santa Cruz: sua vitória sobre línguas exóticas e sua progressiva implantação[...] (SILVA NETO, 1950 *apud* GUIMARÃES, 2018, p. 27). Deste modo, a temporalidade desse acontecimento, citado por Guimarães, abre uma futuridade que produz sentidos no livro didático analisado que incluem a língua Tupi como uma influência no léxico da língua portuguesa, mas





ao mesmo tempo a exclui por atribuir-lhe sentidos de uma posição menos significativa, com relação aos demais idiomas ocidentais de origem latina. Deste modo podemos elaborar as paráfrases:

- 1(b)** O português assim como o latim é uma língua superior, instrumento de civilização e domínio.
- 1(b)** O tupi é uma língua primitiva falada por índios, que são selvagens, portanto deve ceder espaço ao português, língua da civilização e do progresso.

Na aparente transparência da língua, o acontecimento enunciativo analisado, no excerto retirado Livro Didático *Para Viver Juntos*, tentar incluir o tupi (língua indígena) ao afirmar sua influência no português, entretanto percebemos que os sentidos construídos na opacidade da língua, pelo agenciamento enunciativo, excluem o falante do tupi (índio), quando predica à língua indígena atributos acessórios, ou seja, de somenos importância, diferente do *status* atribuído às “Línguas Clássicas”, como o Latim e suas derivadas. (efeitos de apagamento)

Ao considerar a influência alcançada pelo tupi no período colonial Noll e Dietrich (2011) afirmam que fora dos centros administrativos, como Salvador, a língua geral (outra designação utilizada para Tupi) era mais popular que o português, que se impôs no interior apenas na metade do século XVIII. Fato este que contribui para fazer do Tupi um elemento constitutivo do português brasileiro, mas que no texto analisado neste Livro Didático é excluído deontologicamente no agenciamento da cena enunciativa. Vimos aqui que, conforme os Recortes 1 (a) e 1 (b), o texto constrói sentidos de que o tupi





não é tratado como uma língua de influência relevante na constituição do português, sendo colocado num patamar de inferioridade, não só em relação ao idioma lusitano, mas também às demais línguas ocidentais de origem e influência do latim. Conforme observamos em nossas análises do recorte extraído do exemplar didático *Para Viver Juntos* há uma aparente promoção e inclusão da cultura indígena, entretanto, constatamos a constituição de sentidos de primitividade predicados ao índio, restrição de suas expressões culturais e tradições fora do seu espaço de convívio e supressão de seu idioma em relação às línguas ocidentais consideradas superiores.

## CONCLUSÃO

Com base nas análises dos dados que esta pesquisa se propôs, foi possível chegar à conclusão que o livro *Para Viver Juntos* apresenta sentidos de etnocentrismo cultural ocidental, voltado ao homem branco ocidental e, conseqüentemente, de exclusão do índio e sua expressão linguística. Além do mais o recorte, também produz efeito de conflito entre a normatização da desigualdade e a afirmação de pertencimento dos desiguais pois, nesse excerto, o Tupi é apresentado como língua que exerceu influência sobre o léxico da língua portuguesa, aparentando uma inclusão do índio e seu marco cultural, a língua Tupi, entretanto os efeitos de sentidos produzidos nesse acontecimento, são de exclusão, pois a palavra Tupi, língua então amplamente falada no Brasil pelos índios, é designada como língua de um povo atrasado, inferior em detrimento das línguas civilizadas, “superiores”, como o português, espanhol, francês e italiano que originaram do latim. Neste sentido, à língua portuguesa são construídos sentidos que a colocam num lugar de instrumento destinado à dominação e homogeneização ante à



diversidade etnolinguística brasileira, sendo estabelecida como única fonte para a propagação do conhecimento e símbolo do progresso civilizatório.

Trata-se ainda de acontecimentos políticos ligados ao espaço de enunciação ocupado por um locutor-colonizador, o qual, no lugar de dizer de enunciador-universal, tenta legitimar o apagamento da língua indígena e do índio por tratá-los como símbolos do retrocesso e do atraso, ou seja, um óbice ao progresso da cultura ocidental. Esses sentidos rememoram, por exemplo, um recorte de um acontecimento enunciativo da obra *A Questão dos Índios no Brasil*”, do naturalista von Ihering (1911, p. 31), já citado nesse trabalho, que afirma: “[...]A marcha ascendente de nossa cultura está em perigo; é preciso por cobro a esta anormalidade que a ameaça”.

O livro didático de língua portuguesa, dentro do espaço de enunciação (escola), é visto como uma ferramenta que veicula a verdade e também instrumento institucional de amplo alcance no processo de ensino aprendizagem. Desse modo, ele é um instrumento irradiador de influência, o que faz urgir a necessidade de reflexões acerca do processo de seleção e escolha do material didático. Propomos pensar o livro didático de língua portuguesa como um vetor de promoção de uma diversidade linguística não eurocêntrica e que, concomitantemente à essa abordagem, também contemple matrizes linguísticas indígenas e africanas, essa última inclusive não se faz representada no recorte analisado, deste modo, abre-se a possibilidade de uma perspectiva de pesquisa que debruce sobre ausência ou não de radicais de matrizes africanas nos livros didáticos de português brasileiro. Assim, apontamos nesta pesquisa direcionamentos no que diz respeito à uma reconfiguração do processo de seleção do livro didático de Língua Portuguesa, bem como dos critérios de escolha e supervisão do seu respectivo conteúdo, no sentido de



assegurar e garantir a promoção da diversidade cultural indígena, combate aos estereótipos e preconceitos contra o índio e matrizes não eurocêntricas nos textos veiculados no espaço escolar.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto n. 9214, de 15 de dezembro de 1911. Dá novo regulamento ao Serviço de Protecção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionaes. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-9214-15-dezembro-1911-518009-publicacaooriginal-1-pe.html>. Rio de Janeiro, DF: Presidência da República, 1911. Acesso em: 10 jan. 2019.

\_\_\_\_\_. Lei n. 6.001, de 19 de dezembro de 1973. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Brasília, DF: Presidência da República, 1973. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6001-19-dezembro-1973-376325-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 10 jan. 2019.

\_\_\_\_\_. PNLD 2017: língua portuguesa – Ensino Fundamental anos finais. Brasília, DF: Ministério da Educação; Secretária de Educação Básica SEB; Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, 2016.

\_\_\_\_\_. Constituição Federal de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 20 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei n. 9.394, 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Acesso em: 12 dez. 2018.

CAMINHA, P. V. de. **A carta**. (1500). Disponível em: [http://objdigital.bn.br/Acervo\\_Digital/Livros\\_eletronicos/carta.pdf](http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/Livros_eletronicos/carta.pdf). Acesso em: 25 set. 2018.



CUNHA, M. C. da. **Índios no Brasil**: história, direitos e cidadania. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

ORGANIZAÇÃO das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Assembleia geral das nações unidas em Paris. 10 dez. 1948. Disponível em: <https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=>por>. Acesso em: 26 nov. 2018.

GUIMARÃES, E. **Semântica do acontecimento**. Campinas, SP: Pontes, 2002.

\_\_\_\_\_. **A enumeração: funcionamento enunciativo e sentido**. Cadernos de Estudos Linguísticos, Campinas, v. 51, n. 1, p. 49-68, 2009.

\_\_\_\_\_. **Análise de texto**: procedimentos, análises, ensino. Campinas, SP: RG, 2011.

\_\_\_\_\_. Espaço de enunciação, cena enunciativa, designação. Revista

**Fragmentum**, Santa Maria, n. 40, .2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/fragmentum/article/view/17264>. Acesso em: 1 maio 2019.

\_\_\_\_\_. **Os limites do sentido**: um estudo histórico e enunciativo da linguagem. Campinas, SP: Pontes, 2002.

\_\_\_\_\_. **Política dos sentidos assimétricos ética e espaço de enunciação**. In: OLIVEIRA, R. R.; OLIVEIRA, S. E. (Org.); RODRIGUES, M. L.; KARIM, T. M. (Org.). **Linguagem e significação**: práticas sociais. Volume 2. Campinas, SP: Pontes, 2018.

IHERING, H. von. **A questão dos índios no Brasil**. Revista do Museu Paulista, São Paulo, vol. 8, p. 112-40. Disponível em [http://biblio.etnolinguistica.org/ihering\\_1911\\_questao](http://biblio.etnolinguistica.org/ihering_1911_questao). Acesso em: 20 abr. 2019.





LESTRINGANT, F. O Brasil de Montaigne. **Revista de Antropologia**, v. 49, n. 2, 515-56, jul./dez. 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-77012006000200001>. Acesso em: 25 fev. 2019.

MARCHETTI, G. STRECKER, H.; CLETO, M.L. **Para viver juntos: língua portuguesa 9ºano: anos finais: Ensino Fundamental**. 4 ed. São Paulo: SM, 2015.

RIBEIRO, D. **Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2005.

SOUZA, D. S. de; SILVA, A.V. da. Paráfrase: Mecanismo de análise da semântica do acontecimento. **Revista Ecos**, Mato Grosso, v. 16, n. 1, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/ecos/article/view/4163/3327>. Acesso em: 5 maio 2020.

